

1           **ATA DA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
2           **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUNDIAÍ – COMUS 259ª REUNIÃO**  
3           **ORDINÁRIA - REALIZADA EM 29/04/2026**

4   Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às dezenove  
5   horas e vinte minutos, foi realizada a Ducentésima Quinquagésima Nona Reunião  
6   Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Jundiaí (COMUS). A reunião ocorreu de  
7   forma online, por meio do aplicativo Google Meet, conforme previamente informado,  
8   com o encaminhamento do link, ID e senha de acesso a todos os conselheiros.  
9   Participaram da reunião os conselheiros: Representantes de Entidades Comunitárias  
10  de Bairros: **Marli Baptista de Oliveira (Titular) e Michel Fernandes de Moraes**  
11  **(Titular)**; Representantes de Usuários e/ou Conselhos Gestores: **Joaci Ferreira da**  
12  **Silva (Titular) e Anderson Calu (Suplente), Eliana Alves de Oliveira (Titular) e**  
13  **Marisa Santos Frazão (Suplente), Thaiza Salviano Carneiro Pinheiro Soares Souza**  
14  **(Titular) e André Santos dos Anjos (Suplente), Josilaine Cristina de Oliveira**  
15  **(Titular) e Zélia dos Santos Carneiro Pinheiro (Suplente)**; Representante da Pessoa  
16  com Deficiência: **Dalva de Jesus Monteiro (Titular)**; Representante de Associações e  
17  Entidades que Desenvolvem Atividades na Saúde: **Luiz Henrique Muraro;**  
18  **Representantes dos Servidores da Saúde: Andreia Rocha Bonifácio Tavares**  
19  **(Titular), Maria de Fatima S. Manzine (Titular), Thais Cristina Vieira Saito (Titular),**  
20  **Antônio Messias Gama Rospindowiski (Titular)**; Representantes de Associações ou  
21  Sindicatos com Participação na Saúde: **Ada Maria Fossen (Titular)**; Representantes  
22  da Unidade de Gestão de Promoção da Saúde: **Gleison Lopes Aredes (Titular), Maria**  
23  **Teresa Franco (Suplente), Andreia Pinto de Souza (Titular)**; Representante dos  
24  Demais Órgãos da Administração Pública: **Vladmir Codinhoto (Suplente)**;  
25  Representante dos Hospitais Filantrópicos: **Kely Cristine Schettini (Titular)**;  
26  Representante das Associações/Entidades Filantrópicas sem Fins Lucrativos: **José**  
27  **Carlos de Lima (Titular)**. A reunião foi agendada com a seguinte pauta: **1ª**  
28  **Apresentação dos Novos Conselheiros Municipais de Saúde; 2ª Deliberação da**  
29  **ata da 258ª Reunião Ordinária (25/03/2025); 3ª Leitura do Regimento Interno do**  
30  **COMUS; 4ª Deliberação da Prorrogação do Convênio com o HCSVP de nº 11/2025**  
31  **- Referente ao Pronto Atendimento Retiro; 5ª Deliberação da Prorrogação e**  
32  **Aditamento do Convênio com o HCSVP de nº 12/2025 - Referente ao Pronto**  
33  **Atendimento Hortolândia; 6ª Deliberação da Prorrogação do Convênio com o**  
34  **HCSVP de nº 13/2025 - Referente ao Pronto Atendimento Central; 7ª Formar a**



35 **Comissão Organizadora da Plenária Municipal de Saúde - 18ª Conferência**  
36 **Nacional de Saúde; 8ª Eleição do Vice-Presidente do COMUS; 9ª Formação da**  
37 **Secretaria Executiva do COMUS; 10ª Deliberação sobre a criação de Comissões**  
38 **do COMUS; 11ª Formação da Composição das Comissões do COMUS; 12ª**  
39 **Deliberação do Calendário de Reuniões do ano de 2026; 13ª Indicação de**  
40 **Representante Usuário do COMUS para compor o Conselho Gestor do Hospital**  
41 **São Vicente de Paulo (01 titular e 01 suplente); 14ª Indicação de Representante**  
42 **Usuário do COMUS para compor o Conselho Gestor do HU (01 titular e 01**  
43 **suplente); 15ª Informes: Foto para confecção de crachá de identificação e**  
44 **recomposição das vagas em aberto no COMUS.** O Secretário Municipal de Saúde e  
45 Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes**, iniciou a reunião, apresentou-se  
46 como Secretário de Justiça e Cidadania e informou que responde interinamente pela  
47 Secretaria Municipal de Promoção da Saúde e, conforme determinações legais e  
48 regimentais, preside o Conselho Municipal de Saúde. Aproveitou e desejou boas-vindas  
49 a todos. Parabenizou os conselheiros eleitos e agradeceu a presença dos ouvintes,  
50 ressaltando que o Conselho Municipal de Saúde, em todas as cidades, é o conselho  
51 mais atuante, sendo muito importante a participação de todos para que desenvolvam o  
52 trabalho em harmonia, buscando sempre o melhor atendimento para a população. Citou  
53 as dificuldades orçamentárias e burocráticas que a administração pública enfrenta, mas  
54 expôs que era uma missão e que conta com o apoio e a colaboração de todos para  
55 evoluírem. Mencionou que a sua nomeação como Presidente do COMUS está  
56 fundamentada na **Portaria nº 90**, do dia 27 de abril de 2026, publicada na edição 5807  
57 da Imprensa Oficial do Município. Citou também que a **Portaria nº 84** foi publicada no  
58 dia 15 de abril, edição 5802, na qual foi nomeado para responder pela Secretaria  
59 Municipal de Promoção da Saúde. Na sequência, pediu que a secretária do COMUS,  
60 Giuliana Bortolo, retomasse a organização do Pleno do COMUS, aprovada na 199ª  
61 Reunião Ordinária (28/04/2021). A secretária do COMUS, Giuliana Bortolo, informou  
62 que apenas conselheiros votam e têm direito à fala nos itens de pauta, sendo que os  
63 demais participantes não conselheiros têm direito à fala somente no item Informes.  
64 Durante as deliberações, os conselheiros chamados nominalmente devem declarar:  
65 “Aprovo”, “Reprovo” ou “Abstenção”. Conselheiros que expuserem o voto antes da  
66 deliberação nominal não serão eximidos da votação nominal. Orientou que casos  
67 particulares de pacientes não podem ser debatidos na reunião para evitar exposição,  
68 devendo os dados ser fornecidos à Secretaria de Saúde para análise. Solicitou atenção



69 ao tempo de fala, limitado a dois minutos por intervenção. A conselheira **Thais Cristina**  
70 **Vieira Saito** apresentou uma questão de ordem e fez denúncia contra a conselheira  
71 Thaiza Salviano Carneiro P. Soares, justificando que uma pessoa que votou nesta não  
72 poderia tê-lo feito por ser assessor parlamentar da Câmara Legislativa, conforme o  
73 **Capítulo 4, Parágrafo 6º do Regimento Eleitoral do COMUS**. Complementou que,  
74 com o objetivo de resguardar o interesse público e a legitimidade dos atos do Conselho  
75 — e para evitar qualquer prejuízo, especialmente por ser a primeira reunião do mandato  
76 vigente —, solicitou a instauração imediata de procedimento de apuração das  
77 denúncias com o afastamento cautelar da conselheira eleita até a conclusão da  
78 investigação, garantindo o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.  
79 Mencionou que a solicitação de afastamento cautelar possui caráter preventivo, visando  
80 assegurar a lisura dos trabalhos e a validade dos atos administrativos, evitando  
81 nulidades futuras. Informou que obteve documentos na presente data e citou que o  
82 cidadão de nome Emanuel, que votou na conselheira Thaiza, é figura pública  
83 conhecida, sendo assessor comissionado na Câmara Legislativa. Reforçou possuir  
84 documentos comprobatórios de remuneração deste. Pediu que o caso fosse apreciado  
85 e que a conselheira fosse afastada por falta de legitimidade, reiterando que a Thaiza já  
86 foi conselheira e conhece o Regimento. Solicitou à secretária Giuliana a apresentação  
87 da ficha de inscrição do citado eleitor para verificar a informação declarada no item  
88 '**profissão**'. Pediu que o ato de conferência fosse acompanhado por terceiros para  
89 assegurar a não alteração do documento. O Secretário e Presidente do COMUS, Dr.  
90 **Gleison Lopes Aredes**, solicitou que a denúncia fosse redigida a termo, observando  
91 que há aspectos eleitorais e questões temporais de preclusão a serem analisados. O  
92 conselheiro **Anderson Calú** manifestou-se acerca do Edital COMUS nº 13/2026,  
93 publicado na Imprensa Oficial em 06 de março de 2026, mencionando especificamente  
94 o votante de número 135. Expôs que o referido cidadão não possuía legitimidade para  
95 votar, contudo, participou do pleito votando no segundo colocado do segmento de  
96 usuários. Afirmou tratar-se de um erro que precisa constar em ata, ressaltando que se  
97 sente prejudicado no processo eleitoral, uma vez que, sem a referida irregularidade,  
98 poderia ter alcançado a condição de conselheiro titular no COMUS. O Secretário e  
99 Presidente do COMUS, **Dr. Gleison Lopes Aredes**, solicitou que fosse seguido o  
100 mesmo procedimento utilizado na questão de ordem anterior: reduzir a denúncia a  
101 termo e protocolar para que as devidas apurações sejam realizadas. O conselheiro  
102 **André Santos dos Anjos** apresentou-se, relatando estar em sua terceira gestão no



103 **COMUS**. Afirmou possuir conhecimento da **Lei nº 8.142/90** e da **Resolução nº**  
104 **453/2012** (CNS), indagando como o Pleno poderia discutir e votar planos de trabalho  
105 que não passaram pelas comissões temáticas do Conselho, ressaltando que nem ele,  
106 nem os demais conselheiros presentes participaram de tal análise prévia. Questionou  
107 como poderiam votar tais matérias se os conselheiros não possuem mais livre acesso  
108 às dependências do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo - HCSVP. Salientou  
109 que, caso haja irregularidades em planos de trabalho não examinados pelos  
110 conselheiros, os mesmos poderão ser responsabilizados perante o Ministério Público.  
111 Afirmou, ainda, que caso ocorram inconformidades, o repasse de verbas aos planos de  
112 trabalho votados na presente data poderá ser comprometido. Por fim, solicitou a  
113 anulação da eleição do **COMUS**. O Secretário e Presidente do **COMUS**, **Dr. Gleison**  
114 **Lopes Aredes**, explicou que deveriam seguir o procedimento adotado nas questões de  
115 ordem anteriores: reduzir a denúncia a termo protocolar para análise fundamentada.  
116 Ressaltou que a medida é necessária pois envolvem questões de nulidade, risco de  
117 desassistência e pontos eleitorais que foram levantados, sendo prudente manter o  
118 mesmo fluxo das denúncias já apresentadas. A conselheira **Marisa Santos Frazão**  
119 solicitou esclarecimentos, pois não compreendeu se o Emanuel, citado pela conselheira  
120 **Thais Saito**, é servidor da **Câmara Municipal** ou da **Assembleia Legislativa do**  
121 **Estado de São Paulo (ALESP)**. Apontou que, em seu entendimento, há diferenças  
122 regimentais ou legais caso o assessor pertença à esfera municipal ou à estadual,  
123 manifestando dúvida sobre qual casa legislativa está vinculado. O Secretário e  
124 Presidente do **COMUS**, **Dr. Gleison Lopes Aredes**, esclareceu que a questão será  
125 devidamente analisada. Ressaltou que, uma vez formalizada a denúncia e anunciado  
126 o protocolo, farão a análise e a diferenciação mencionada (entre as esferas  
127 legislativas). Reiterou à conselheira **Marisa** que a situação será avaliada pela comissão  
128 competente, com a posterior emissão de uma resposta formal. A conselheira **Thaiza**  
129 **Salviano Souza** ressaltou que, no e-mail informando a realização da presente reunião,  
130 o **Regimento Interno do COMUS** foi encaminhado a todos, lamentando que nem todos  
131 tenham compreendido o seu conteúdo. Pontuou que as pautas já haviam sido  
132 apresentadas e que aqueles que possuísem alguma objeção tiveram tempo hábil para  
133 manifestar interesse, incluir ou alterar itens. Por fim, solicitou aos novos conselheiros  
134 que leiam atentamente o Regimento e que seja respeitado o rito da organização.  
135 Solicitou ao Presidente que desative os microfones quando as regras de uso da palavra  
136 forem descumpridas ou quando houver manifestações tumultuadas. Informou, para fins



137 de esclarecimento à conselheira Marisa, a existência do **Código Estadual de Saúde**  
138 **(Lei nº 10.083/1998)** — referindo-se ao artigo 971 mencionado anteriormente —, que  
139 rege a organização e as esferas de participação municipal, estadual e federal.  
140 Parabenizou a conselheira pela observação. Ressaltou que, para atuar como  
141 conselheiro representante dos trabalhadores, não pode estar em situação de abandono  
142 de emprego, observando que a legislação é clara ao definir o prazo de trinta dias como  
143 infração. Colocou-se à disposição para apresentar a denúncia formal à presidência e  
144 expor ao Conselho as regras de organização. Por fim, pediu licença aos membros do  
145 colegiado e solicitou gentilmente a supressão de itens da presente pauta. Ressaltou  
146 sua compreensão quanto ao fato de o Dr. Gleison estar assumindo a função  
147 interinamente. Diante disso, solicitou que a definição da composição da Secretaria  
148 Executiva e das comissões de trabalho — dada a sua relevância — seja realizada em  
149 uma reunião extraordinária, após a nomeação definitiva do Secretário. Justificou a  
150 proposta argumentando que há um volume considerável de trabalho a ser discutido e  
151 que as comissões precisam ser formadas, mas que a situação atual do colegiado é  
152 temporária. O Secretário e Presidente do COMUS, **Dr. Gleison Lopes Aredes** orientou  
153 a conselheira **Thaiza Salviano Souza** que a manifestação deveria ser protocolada  
154 conforme a orientação dada às questões de ordem anteriores, para análise. O  
155 conselheiro **Joaci Ferreira da Silva** manifestou preocupação em relação as denúncias  
156 apresentadas as classificando como graves e ressaltando que, uma vez aprovados os  
157 planos de trabalho sob suspeição, eventuais prejuízos seriam imediatos. Questionou a  
158 legitimidade do quórum e a participação de suplentes diante das irregularidades  
159 apontadas, defendendo que a votação não ocorresse na presente data. Argumentou  
160 que, em prol do interesse público e da saúde coletiva — e sem prejuízo ao direito de  
161 ampla defesa dos citados —, não haveria condições de prosseguir com as deliberações  
162 sobre os planos de trabalho enquanto pairassem dúvidas documentais sobre a votação  
163 que elegeu os membros. O Secretário e Presidente do COMUS, **Dr. Gleison Lopes**  
164 **Aredes** agradeceu a manifestação do conselheiro e esclareceu que, embora a eleição  
165 tenha ocorrido em período anterior, esta é a primeira reunião aberta para a  
166 apresentação de denúncias. Ressaltou que a administração não possui, no momento,  
167 elementos probatórios suficientes para determinar um afastamento cautelar sem a  
168 devida análise prévia das alegações. Pontuou que, atualmente, os conselheiros eleitos  
169 permanecem como titulares, ressaltando que, caso venha a ser declarada a nulidade  
170 ou verificada qualquer irregularidade, as medidas cabíveis serão adotadas após a



171 análise formal. Esclareceu que, diante de eventuais irregularidades, aplicar-se-á por  
172 analogia o rito das eleições gerais. Exemplificou que um parlamentar que perde o  
173 mandato após a eleição não tem seus votos anulados retroativamente, pois, no  
174 momento das deliberações, exercia o cargo plenamente, apesar da análise pendente  
175 sobre a lisura de seu pleito. Ressaltou que a nulidade de atos anteriores não ocorre de  
176 forma automática; somente após a declaração oficial de perda de cargo ou cassação é  
177 que o suplente assume, preservando-se a validade das decisões tomadas até então.  
178 Informou que, no presente momento, não cabe o afastamento cautelar, uma vez que  
179 as denúncias foram recebidas apenas com a abertura desta reunião. Garantiu que  
180 todos os protocolos serão devidamente processados e encaminhados, porém, por falta  
181 de elementos comprobatórios imediatos e de competência para decisão liminar, a  
182 reunião prosseguirá conforme a pauta. Reforçou que, caso a comissão julgadora  
183 verifique irregularidades na eleição de algum conselheiro, deliberará pela ascensão do  
184 suplente, sem que isso invalide as deliberações anteriores do colegiado. O conselheiro  
185 **André Santos dos Anjos** apresentou uma contraproposta à condução da presidência.  
186 Argumentou que os planos de trabalho em pauta, que envolvem cerca de cento e  
187 cinquenta mil atendimentos mensais, possuem uma relevância que transcende a  
188 manutenção da cadeira de um conselheiro ou o exemplo parlamentar citado. Enfatizou  
189 que a questão central não é a ocupação da vaga, mas sim a garantia da assistência à  
190 saúde por meio dos referidos planos. Nesse sentido, invocou o Pleno para que se  
191 realizasse uma votação imediata sobre a suspensão da análise das pautas até que as  
192 denúncias fossem esclarecidas. Alegou que o plano de trabalho, por sua urgência e  
193 extrema relevância, exige segurança jurídica absoluta. Ressaltou que tal procedimento  
194 de consulta ao Pleno é praxe no colegiado e solicitou que a votação ocorresse naquele  
195 momento para determinar as consequências dos trabalhos, pedindo que constasse em  
196 ata sua discordância com a manutenção do rito proposto pela presidência. Advertiu que,  
197 caso as irregularidades sejam comprovadas futuramente e resultem em prejuízo à  
198 assistência à saúde ou à execução dos planos de trabalho, a responsabilidade recairá  
199 sobre a presidência. Reitero, de forma ética e responsável, que o Presidente será  
200 interpelado por tais consequências. Diante disso, solicitou formalmente, conforme o rito  
201 e a praxe deste colegiado, que o Pleno realize uma votação imediata sobre a questão  
202 apresentada. O Secretário e Presidente do COMUS, **Dr. Gleison Lopes Aredes**  
203 reiterou o rito estabelecido para o processamento das denúncias, afirmando que o  
204 colegiado não submeterá à votação matérias que ainda não foram objeto de análise



205 técnica. Esclareceu que, como as denúncias foram apresentadas de forma verbal e o  
206 protocolo formal será realizado apenas após o encerramento da reunião, o Pleno não  
207 pode deliberar sobre tais questões de imediato, competência esta que cabe à comissão  
208 responsável pela apuração. A conselheira Thais Cristina Vieira Saito denunciou que o  
209 Presidente teria se reunido com conselheiros da gestão anterior, cujo mandato já não  
210 estava vigente. Ressaltou que o fato narrado constitui uma irregularidade grave, a qual  
211 já está sendo levada ao conhecimento do **Ministério Público**. Argumentou que  
212 qualquer reunião oficial ou de caráter deliberativo deveria ter sido realizada com a  
213 convocação de todos os conselheiros, e não de forma restrita. O Secretário e  
214 Presidente do **COMUS**, **Dr. Gleison Lopes Aredes** solicitou a manutenção da ordem  
215 entre os presentes para garantir a viabilidade da reunião. Em relação às menções de  
216 denúncia contra sua conduta, declarou que qualquer parte interessada possui a  
217 liberdade de acionar o Ministério Público ou as esferas judiciais competentes. Ressaltou  
218 que, dada a sua formação jurídica como advogado, não opõe óbice a eventuais  
219 processos, reafirmando sua tranquilidade quanto à legalidade de seus atos. Frisou a  
220 necessidade de dar prosseguimento aos trabalhos, ressaltando que a reunião possui  
221 uma pauta previamente definida e que o excesso de interrupções compromete a sua  
222 viabilidade. Esclareceu que todas as questões de ordem foram ouvidas e serão  
223 devidamente processadas, porém, reforçou a impossibilidade de o colegiado julgar  
224 denúncias das quais ainda não possui ciência formal ou elementos probatórios. Por fim,  
225 determinou a retomada do rito da reunião e o foco nos itens da pauta. O conselheiro  
226 **Joaci Ferreira da Silva** interveio afirmando que, caso a condução da reunião não  
227 acolhesse as solicitações do grupo, os conselheiros se retirariam da sessão de forma  
228 coletiva. Manifestou, ainda, a intenção de formalizar uma queixa-crime e adotar as  
229 medidas judiciais cabíveis diante dos fatos apresentados, solicitando a atenção da  
230 presidência para as demandas do colegiado. O Secretário e Presidente do **COMUS**, **Dr.**  
231 **Gleison Lopes Aredes** declarou que, respeitadas as opiniões divergentes, a reunião  
232 prosseguiria conforme o rito deliberativo estabelecido. Ressaltou que a condução dos  
233 trabalhos se pauta pelo princípio da igualdade de tratamento e orientou que todas as  
234 denúncias apresentadas verbalmente sejam reduzidas a termo para posterior análise.  
235 Reafirmou a impossibilidade de submeter as denúncias a votação imediata sem o  
236 devido processo administrativo. O conselheiro **André Santos dos Anjos** falou que o  
237 Presidente estava ditando regras. O Secretário e Presidente do **COMUS**, **Dr. Gleison**  
238 **Lopes Aredes** respondeu que não estava ditando regras e sim conduzindo a reunião.



239 Ressaltou a necessidade de prosseguimento dos trabalhos, sob pena de encerramento  
240 da sessão, reiterando o compromisso de que todas as denúncias apresentadas  
241 verbalmente seriam devidamente reduzidas a termo e processadas conforme o rito  
242 legal. Em relação às ameaças de queixa-crime e representações junto ao Ministério  
243 Público, classificou-as como infundadas, reafirmando sua decisão de dar continuidade  
244 à pauta. Por fim, orientou que os conselheiros divergentes quanto à condução dos  
245 trabalhos ou ao cumprimento do Regimento Interno buscassem as vias recursais ou  
246 medidas que julgassem pertinentes, mantendo a reunião aberta para deliberação.  
247 Orientou que os conselheiros insatisfeitos buscassem as medidas que julgassem  
248 cabíveis, facultando-lhes a permanência ou a retirada da sessão, mas reforçou a  
249 necessidade de prosseguir com as deliberações. Ato contínuo, retomou a **questão de**  
250 **ordem** apresentada pela conselheira Thaiza, que versava sobre a retirada de  
251 determinados itens da pauta. A secretária do COMUS, Giuliana Bortolo detalhou que a  
252 proposta da Thaiza consistia na supressão dos seguintes itens: 7 (Comissão  
253 Organizadora da Plenária Municipal para a 18ª Conferência Nacional de Saúde); 8  
254 (Eleição do Vice-Presidente do COMUS); 9 (Secretaria Executiva); 10 e 11 (Criação e  
255 Composição de Comissões); 12 (Calendário de Reuniões 2026); e os itens 13 e 14  
256 (Indicação de representantes para os conselhos gestores do Hospital de Caridade São  
257 Vicente de Paulo e do Hospital Universitário). O conselheiro **Antônio Messias Gama**  
258 **Rospendowski** iniciou sua manifestação saudando os presentes e enfatizando a  
259 importância da busca pelo consenso em prol da saúde do município de Jundiaí.  
260 Ressaltou a necessidade de respeito mútuo e da escuta atenta às proposições de cada  
261 membro. Pontuou, contudo, as dificuldades logísticas do modelo híbrido de reunião,  
262 observando que o agrupamento de pessoas em um mesmo ambiente físico pode gerar  
263 conversas paralelas e comunicações truncadas, o que prejudica a clareza dos debates  
264 para quem participa remotamente. Solicitou aos demais conselheiros maior rigor com  
265 a organização e o silêncio, visando viabilizar o trabalho do colegiado. Quanto às  
266 denúncias apresentadas, manifestou-se favorável à apuração integral em nome da  
267 transparência, afirmando não haver objeções de sua parte. Por fim, apelou para que a  
268 sessão não fosse suspensa, alertando para o impacto negativo que a interrupção das  
269 deliberações causaria à assistência à saúde e à execução dos planos de trabalho dos  
270 Prontos Atendimentos. A conselheira **Eliana Alves de Oliveira** manifestou total  
271 concordância com as palavras do conselheiro **Antônio Messias**, reforçando o apelo  
272 por respeito mútuo e urbanidade durante as discussões. Salientou o esforço dos



273 membros do colegiado que, mesmo após a jornada de trabalho, dedicam-se  
274 voluntariamente às deliberações em prol da população. Solicitou maior rigor quanto à  
275 observância dos horários e limites de fala, visando à eficiência dos trabalhos e ao  
276 respeito ao cansaço dos presentes. Finalizou saudando os novos integrantes e  
277 dirigindo-se ao Presidente, mencionando ainda não o conhecer pessoalmente. A  
278 conselheira manifestou o desejo de conhecer o Presidente pessoalmente em breve e  
279 deu as boas-vindas aos novos conselheiros. Propôs que o colegiado realize um  
280 trabalho conjunto e harmônico, destacando que a população, a quem representam,  
281 possui altas expectativas quanto às deliberações do Conselho. Ressaltou a  
282 necessidade de união em prol do bem comum, sugerindo que questões de ordem  
283 pessoal ou egocêntricas sejam postergadas em favor do interesse público. O Secretário  
284 e Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes** agradeceu as manifestações e  
285 colocou-se à disposição para reuniões com os conselheiros, mediante agendamento  
286 prévio. Aproveitou a oportunidade para justificar a escolha do formato virtual para a  
287 presente sessão, esclarecendo que a decisão visou garantir a acessibilidade de  
288 conselheiros e participantes com dificuldades de locomoção ou que dependem de  
289 transporte público. Ressaltou, ainda, que os participantes presentes no Paço Municipal  
290 ocupavam uma sala anexa especificamente disponibilizada pela Prefeitura para  
291 viabilizar a participação de todos. A conselheira **Marisa Santos Frazão** questionou a  
292 supressão do item relativo à indicação de representante do COMUS para o Conselho  
293 Gestor do Hospital Universitário - HU. Alertou que o prazo legal para referida indicação  
294 expira no dia seguinte, ressaltando a necessidade de que a escolha ocorra na presente  
295 sessão para evitar a perda do prazo e a consequente vacância da representação deste  
296 colegiado junto àquela instituição. A conselheira **Thaiza Salviano Souza** esclareceu  
297 que não há um prazo fatal impeditivo. Ressaltou que, embora a recomposição seja  
298 necessária para garantir a paridade do colegiado o quanto antes, a prioridade atual  
299 reside na formação da nova composição do Conselho Gestor para o biênio  
300 subsequente ao vencido. Informou, ainda, que a indicação específica deste Conselho  
301 pode ocorrer em qualquer momento oportuno e lembrou a existência de vacâncias em  
302 outros segmentos que também demandam atenção futura. Reforçou a sugestão de  
303 que os itens mencionados não fossem apreciados ou votados na presente sessão,  
304 visando à brevidade dos trabalhos e ao foco nos temas urgentes. Propôs que, em tempo  
305 oportuno, o colegiado solicite à Presidência a convocação de uma reunião  
306 extraordinária especificamente para dar continuidade a essas pautas e proceder com



307 as composições e indicações necessárias, garantindo assim uma análise mais  
308 detalhada em momento propício. O Secretário e Presidente do COMUS, Dr. **Gleison**  
309 **Lopes Aredes** orientou que, caso houvesse discordância quanto à supressão de algum  
310 ponto específico, a manifestação deveria ocorrer por meio do voto contrário à retirada  
311 do item da pauta. Ressaltou que o rito de votação garante a soberania do Pleno para  
312 decidir sobre a manutenção dos temas originalmente pautados. Solicitou a  
313 compreensão de todos sobre a necessidade de observância do rito da sessão,  
314 salientando que a sucessão ininterrupta de questões de ordem antes do cumprimento  
315 das etapas iniciais inviabilizaria a continuidade da reunião. Reforçou que, embora a  
316 palavra tenha sido concedida a todos os interessados anteriormente, o momento atual  
317 não comportava novas aberturas para questões de ordem, sob pena de comprometer  
318 a eficácia das deliberações pautadas. Ponderou que as questões de ordem seriam  
319 admitidas apenas durante a deliberação dos itens específicos da pauta. Ressaltou que  
320 todos os conselheiros que se manifestaram anteriormente foram ouvidos e  
321 devidamente orientados a formalizar suas denúncias por escrito para a apuração  
322 cabível. Declarou encerrada a fase de discussões preliminares, dando início a pauta  
323 previamente estabelecida. Ato contínuo, solicitou que a secretária Giuliana procedesse  
324 com a chamada nominal dos conselheiros para verificação de quórum e início das  
325 apresentações. Reforçou a necessidade de organização e pelo respeito mútuo,  
326 salientando que a participação de todos é assegurada, desde que observada a ordem  
327 das falas e o tempo disponível. Ressaltou que a condução ética e eficiente da reunião  
328 é um compromisso com todos os conselheiros que, após cumprirem suas jornadas  
329 laborais, dedicam-se ao colegiado. Reiterou que a prioridade imediata era a deliberação  
330 sobre a **questão de ordem** referente à supressão de itens da pauta. Para tanto,  
331 determinou que a secretária Giuliana procedesse à chamada nominal dos conselheiros,  
332 a fim de que cada membro manifestasse seu voto pela manutenção da pauta original  
333 ou pela aprovação da proposta de retirada dos pontos mencionados anteriormente.  
334 Explicou que com a supressão, a pauta seria reestruturada com: apresentação dos  
335 novos conselheiros, deliberação da ata anterior, leitura do regimento interno,  
336 deliberação dos planos de trabalho (PAs) e informes. A conselheira **Dalva de Jesus**  
337 **Monteiro** pediu o esclarecimento do objeto da votação, relatando dificuldade na  
338 compreensão devido às manifestações simultâneas de outros participantes. Em  
339 resposta, a secretária Giuliana Bortolo reiterou que a deliberação versava sobre a  
340 **questão de ordem** apresentada pela conselheira **Thaiza**, que propôs a retirada de sete



341 itens da pauta original: a formação de comissão plenária, a eleição de vice-presidente,  
342 a estruturação da secretaria executiva, a criação e composição de comissões internas,  
343 a definição do calendário de reuniões de 2026 e as indicações de representantes para  
344 os conselhos gestores do HU e do Hospital São Vicente de Paulo. Ratificou as  
345 orientações de voto, esclarecendo que o voto favorável ("Aprovo") confirmaria a  
346 supressão dos referidos itens, enquanto o voto contrário ("Reprovo") manteria a pauta  
347 conforme enviada previamente aos conselheiros. Após a explicação, consultou a  
348 conselheira **Dalva** sobre a clareza das informações antes de prosseguir com a  
349 chamada nominal. O conselheiro Antônio Messias Gama Rospendowski pontuou que  
350 a composição das comissões de **Políticas Públicas**, de **Orçamento e Finanças**, a  
351 **Secretaria Executiva** e o **Comitê de Ética** devem ocorrer de forma coordenada com  
352 a Gestão instalada. Ressaltou que a nomeação de um gestor titular (não interino)  
353 confere a estabilidade necessária para que o Conselho possa, então, consolidar essas  
354 estruturas e dar seguimento aos trabalhos regimentais de forma definitiva. Discorreu  
355 sobre a complexidade de compor as comissões técnicas sem a definição oficial da  
356 titularidade da gestão. Ressaltou que, sendo o Conselho um órgão colegiado formado  
357 por **usuários, trabalhadores e gestores**, a ausência de uma nomeação definitiva por  
358 parte do Poder Executivo torna inviável a consolidação das comissões. Argumentou  
359 que a definição dos nomes que representarão o segmento gestor é premissa  
360 necessária para garantir a paridade e a legitimidade dos grupos de trabalho,  
361 justificando, assim, a prudência no adiamento dessas nomeações. Manifestou  
362 preocupação quanto aos critérios de representação e à formação da composição do  
363 conselho/comissão. A Diretora e conselheira **Andreia Pinto de Souza** reforçou a  
364 proposta apresentada pela Conselheira Thaiza, sugerindo a convocação de uma  
365 reunião extraordinária imediatamente após a nomeação do novo gestor. Ressaltou que  
366 as pautas urgentes não aguardarão o cronograma do próximo mês, sendo deliberadas  
367 especificamente nesta sessão. A secretária do COMUS Giuliana Bortolo esclareceu a  
368 metodologia de votação, informando que o voto favorável ratificaria a supressão dos  
369 itens mencionados, enquanto o voto contrário manteria a pauta em sua redação  
370 original. Ato contínuo, submeteu a proposta à deliberação do Pleno. **A supressão dos**  
371 **itens 7 (Comissão Organizadora da Plenária Municipal para a 18ª Conferência**  
372 **Nacional de Saúde); 8 (Eleição do Vice-Presidente do Comus); 9 (Secretaria**  
373 **Executiva); 10 e 11 (Criação e Composição de Comissões); 12 (Calendário de**  
374 **Reuniões 2026); e os itens 13 e 14 (Indicação de representantes para os**

375 **conselhos gestores do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo e do Hospital**  
376 **Universitário) foi colocado em votação e foi aprovada. Votos Favoráveis (10):**  
377 Michel Fernandes de Moraes, Eliana Alves de Oliveira, Thaiza Salviano Carneiro  
378 Pinheiro Soares Souza, Antônio Messias Gama Rospindowiski, Ada Maria Fossen,  
379 Gleison Lopes Aredes, Andreia Pinto de Souza, Kely Cristine Schettini e José Carlos de  
380 Lima, Marli Baptista de Oliveira. **Votaram contrários (6):** Joaci Ferreira da Silva,  
381 Josilaine Cristina de Oliveira, Luiz Henrique Muraro, Andreia Rocha Bonifácio Tavares,  
382 Maria de Fatima S. Manzine, Thais Cristina Vieira Saito. **Abstenção (1):** Dalva de Jesus  
383 Monteiro. **1º Ponto de Pauta: Apresentação dos Novos Conselheiros Municipais**  
384 **de Saúde.** O Presidente facultou a palavra aos conselheiros para apresentações  
385 individuais. O Sr. Michel Fernandes de Moraes apresentou-se como representante da  
386 AMORCER (Associação de Moradores do Bairro Caxambu e Região). O Sr. Joaci  
387 informou que todos o conheciam e que representa o bairro Guanabara. A Sra. Eliana  
388 identificou-se como representante do Vetor Oeste. A Sra. Thaisa Salviano informou  
389 estar em seu segundo mandato como titular, detalhando sua atuação nos conselhos  
390 gestores da UBS Rio Branco, Hospital Universitário, Hospital São Vicente e CTA. A  
391 Sra. Josilaine Oliveira apresentou-se como representante do bairro Ivoturucaia. O Sr.  
392 Anderson Calú declarou representar a UPA Vetor Oeste. A Sra. Marisa Frazão,  
393 administradora e radialista, apresentou-se como conselheira suplente representando  
394 os usuários. O Sr. André informou que já era conhecido pelos demais, declarou ser  
395 usuário da UBS Tamoio e possuir diversas formações na área da saúde. A Sra. Zélia,  
396 bacharel em Direito, registrou sua atuação nos conselhos do HU, UBS Rio Branco e  
397 CRJ. A Sra. Dalva relatou ser deficiente visual e representante do respectivo segmento,  
398 destacou seu retorno ao COMUS e pregou o respeito mútuo e a paz nas discussões  
399 colegiadas. O Sr. Luiz apresentou-se como representante da AMA. A Sra. Andréia  
400 Tavares identificou-se como Agente Comunitária de Saúde da UBS Vila Maringá. A Sra.  
401 Maria de Fátima Souza Manzini informou sua trajetória de quatorze anos como  
402 conselheira e sua atuação atual na UBS Centenário, ressaltando a luta pela dignidade  
403 da categoria. A Sra. Thais, enfermeira pós-graduada, relatou histórico de assédio  
404 sofrido no exercício da função e reiterou seu compromisso em lutar contra tais práticas  
405 e em defesa da classe trabalhadora. Afirmou que não está exonerada e não se encontra  
406 em situação de abandono de emprego; contudo, pontuou que não está recebendo  
407 salário. Pediu para constar em ata que possui registro de tentativa de suicídio no  
408 Hospital SOBAN, decorrente dos assédios sofridos. Ressaltou que sua intenção não é



409 criar obstáculos, mas convergir com o colegiado para melhorar a Saúde tanto para o  
410 servidor quanto para o usuário, embora reconheça que haverá pontos de divergência.  
411 Prosseguindo com os relatos de assédio, a Sra. Maria de Fátima declarou que também  
412 foi vítima de assédio e desvio de função nesta Gestão, informando que está retomando  
413 suas funções por vias judiciais. Ressaltou que sua situação se estende a vários  
414 colegas, citando inclusive casos de suicídio na categoria devido ao assédio sofrido  
415 pelos servidores, classificando a situação como injusta. Observou o sofrimento dos  
416 servidores que passam por tais dificuldades, lamentando que, após trinta e três anos  
417 de serviço público, tenha sido descartada e ofendida com termos degradantes.  
418 Enfatizou que os conselheiros não estão no local para "brincar", mas para lutar para  
419 que nenhum servidor morra, tente suicídio ou seja desviado de função por atos de  
420 terceiros. O Sr. Messias Antônio registrou seu terceiro biênio no conselho, destacando  
421 sua independência de voto e a importância do diálogo entre trabalhadores e gestão. A  
422 Sra. Ada, cirurgiã-dentista com trinta e seis anos de atuação no Hospital São Vicente.  
423 O Sr. Gleison, advogado e Secretário de Justiça e Cidadania, apresentou-se como  
424 Secretário Interino de Saúde, colocando-se à disposição para assegurar que todas as  
425 demandas tenham voz. A Sra. Andréia Souza, dentista e servidora municipal desde  
426 2013, também se apresentou. A Sra. Kelly Schettin, psicóloga e gestora com  
427 experiência na DRS Sorocaba e rede estadual, apresentou-se como Diretora de  
428 Operações do Hospital São Vicente. A Sra. Maria Tereza, servidora concursada há vinte  
429 e cinco anos, apresentou-se como Diretora Financeira da pasta. Por fim, o Sr. José  
430 Carlos de Lima apresentou-se como representante do segmento das associações e  
431 entidades filantrópicas sem fins lucrativos. Iniciou-se o **2º Ponto de Pauta:**  
432 **Deliberação da Ata da 258ª Reunião Ordinária do COMUS (25/03/2026).** O  
433 conselheiro Joaci Ferreira da Silva solicitou a palavra para formalizar uma contestação  
434 referente à legitimidade de membros presentes em reuniões anteriores. Questionou o  
435 uso do termo "privilégio" e apontou que, conforme consta na **Linha 15** dos da ata, houve  
436 a participação de uma servidora detentora de função de confiança (F1), o que, em sua  
437 visão, configuraria impedimento para determinadas deliberações. Detalhou que, no dia  
438 30 de janeiro, a referida servidora recebeu gratificação para exercer função de chefe  
439 de divisão junto à Secretaria de Promoção de Saúde, conforme publicação de edital na  
440 Imprensa Oficial. Argumentou que a administração, especificamente a Secretária e a  
441 Diretora da área, tinha ciência da condição de ocupante de cargo de confiança e, ainda  
442 assim, permitiu a participação e o voto do servidor nos itens de pauta. Diante da



443 alegação de desigualdade e descumprimento dos critérios de impedimento para cargos  
444 estatutários em função de confiança, manifestou-se formalmente pela não aprovação  
445 da ata anterior e pela anulação da referida reunião, alegando vício de legalidade. O  
446 Secretário e Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes** orientou o Joaci a  
447 reduzir a termo suas alegações e a juntar os documentos comprobatórios mencionados.  
448 Informou que os fatos serão devidamente apurados pela comissão competente para a  
449 adoção das providências cabíveis. Não Havendo mais colocações a **Ata da 258ª**  
450 **Reunião Ordinária do COMUS (25/03/2026), foi colocada em votação e foi**  
451 **aprovada. Votos Favoráveis (09):** Michel Fernandes de Moraes, Eliana Alves de  
452 Oliveira, Thaiza Salviano Carneiro Pinheiro Soares Souza, Antônio Messias Gama  
453 Rospowowski, Gleison Lopes Aredes, Andreia Pinto de Souza, Kely Cristine Schettini  
454 e José Carlos de Lima, Marli Baptista de Oliveira. **Votaram contrários (6):** Joaci  
455 Ferreira da Silva, Josilaine Cristina de Oliveira, Luiz Henrique Muraro, Andreia Rocha  
456 Bonifácio Tavares, Maria de Fatima S. Manzine, Thais Cristina Vieira Saito. **Abstenção**  
457 **(2):** Dalva de Jesus Monteiro, Ada Maria Fossen. **3º Ponto de Pauta: Leitura do**  
458 **Regimento Interno do COMUS.** O Conselheiro Joaci Ferreira da Silva apresentou uma  
459 sugestão de alteração na pauta, solicitando a retirada da leitura do Regimento Interno  
460 da sessão ordinária vigente para que o tema fosse tratado em reunião extraordinária  
461 posterior. O Secretário e Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes** acolheu a  
462 sugestão e a submeteu ao plenário para deliberação. A secretária do COMUS Giuliana  
463 Bortolo esclareceu que o voto favorável implicaria na retirada do item da pauta do dia,  
464 enquanto o voto contrário manteria a leitura imediata do documento. **A retirada da**  
465 **Leitura do Regimento Interno do COMUS pauta, foi colocada em votação e foi**  
466 **aprovada, por unanimidade. Votos Favoráveis (16):** Michel Fernandes de Moraes,  
467 Joaci Ferreira da Silva, Eliana Alves de Oliveira, Thaiza Salviano Carneiro Pinheiro,  
468 Josilaine Cristina de Oliveira Soares Souza, Dalva de Jesus Monteiro, Luiz Henrique  
469 Muraro, Andreia Rocha Bonifácio Tavares, Maria de Fatima S. Manzine, Thais Cristina  
470 Vieira Saito, Antônio Messias Gama Rospowowski, Ada Maria Fossen, Gleison Lopes  
471 Aredes, Andreia Pinto de Souza, Kely Cristine Schettini e José Carlos de Lima. **4º Ponto**  
472 **de Pauta: Deliberação da Prorrogação do Convênio com o HCSVP de nº. 11/2025**  
473 **– Referente ao Pronto Atendimento Retiro.** O conselheiro **André Santos dos Anjos**  
474 suscitou questão de ordem, argumentando que os membros recém-empossados deste  
475 colegiado não tiveram tempo hábil para a análise técnica aprofundada dos planos de  
476 trabalho pautados, especialmente os referentes aos Prontos Atendimentos (PAs).

477 Ressaltou que o novo Conselho não acompanhou a execução dos serviços *in loco* para  
478 validar as informações apresentadas. Diante do exposto, o conselheiro propôs  
479 formalmente que seja votada uma prorrogação de noventa dias para a vigência dos  
480 planos atuais, visando permitir uma avaliação técnica responsável e criteriosa por parte  
481 dos novos representantes antes de qualquer deliberação definitiva. O Secretário e  
482 Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes** pediu para constar em ata para  
483 posterior análise. A conselheira **Thaiza Salviano Carneiro Pinheiro** contra-  
484 argumentou a proposta de prorrogação. Ressaltou que, embora o Plano de Trabalho  
485 tenha sido entregue em prazo exíguo, cabe aos conselheiros eleitos o dever  
486 institucional de utilizar as ferramentas disponíveis para a leitura e análise dos  
487 documentos, encaminhando eventuais dúvidas à secretaria do colegiado ou aos  
488 responsáveis técnicos. Informou que, na qualidade de representante do segmento dos  
489 usuários e conselheira também no Hospital São Vicente, realizou análise prévia e  
490 formalizou questionamentos à administração da referida instituição sobre as metas  
491 quantitativas, qualitativas, obtendo os esclarecimentos e os ajustes solicitados. A  
492 conselheira manifestou discordância quanto à alegação de falta de tempo por parte de  
493 membros veteranos, pontuando que o exercício do mandato exige dedicação e  
494 capacitação técnica para a fiscalização dos serviços públicos. Criticou posturas que  
495 possam induzir o colegiado a equívocos ou causar tumulto processual, reiterando que  
496 o compromisso principal deve ser com os usuários do sistema de saúde. Salientou ter  
497 analisado tanto o plano vigente quanto as propostas para o período de 2026 a 2027.  
498 Diante da fundamentação apresentada e por considerar que as ferramentas de análise  
499 estavam disponíveis a todos os interessados, a conselheira manifestou-se formalmente  
500 pela rejeição da proposta de prorrogação apresentada pelo Conselheiro. A Diretora do  
501 Departamento Financeiro **Maria Teresa Franco** solicitou a palavra para prestar  
502 esclarecimentos quanto à dinâmica da sessão. Ressaltou a presença dos diretores de  
503 todas as áreas técnicas, disponíveis para sanar dúvidas e fornecer subsídios ao novo  
504 Conselho. Solicitou aos conselheiros que aguardassem a apresentação técnica da Sra.  
505 Lucimara Mantovani, Diretora de Atenção Ambulatorial e Hospitalar, antes de qualquer  
506 deliberação ou proposição de prorrogação, visando o esgotamento das dúvidas durante  
507 a exposição. Alertou, ainda, para a proximidade do vencimento dos convênios em vigor,  
508 enfatizando que a celeridade no processo é fundamental para evitar prejuízos à  
509 assistência à população. Reforçou o compromisso da gestão com a transparência e  
510 colocou a equipe técnica à disposição para sugestões e questionamentos logo após a



511 conclusão da apresentação. O conselheiro **André Santos dos Anjos** esclareceu que  
512 sua preocupação não se restringe ao Hospital São Vicente, onde possui acesso às  
513 informações, mas sim à coletividade dos novos conselheiros que não tiveram a mesma  
514 oportunidade de análise. Contestou o argumento da Conselheira Thaisa, afirmando que  
515 a análise não deve ser individual, mas sim considerar as dificuldades dos demais  
516 membros do colegiado. Propôs, de forma específica, uma prorrogação de noventa dias  
517 para os planos de trabalho, com o compromisso de que a aprovação definitiva ocorra  
518 em um prazo de trinta dias, garantindo assim tempo hábil para que todos os  
519 representantes se apropriem tecnicamente do conteúdo antes da deliberação final. O  
520 Secretário e Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes** interveio para  
521 esclarecer os aspectos legais referentes à proposta de prorrogação. Pontuou que a  
522 sugestão de dilação por três meses não compõe o objeto da pauta e esbarra em  
523 entraves burocráticos e normativos da Administração Pública. Explicou que, conforme  
524 as regras vigentes para contratos administrativos, convênios e parcerias, a prorrogação  
525 padrão é estabelecida pelo período de doze meses. Ressaltou, ainda, que o  
526 instrumento em questão não possui cláusula resolutiva que permita a prorrogação em  
527 moldes distintos dos apresentados, reiterando a necessidade de seguir o rito  
528 administrativo legal para garantir a continuidade dos serviços. Reiterou a inviabilidade  
529 técnica de uma prorrogação por apenas três meses, visto que o prazo seria insuficiente  
530 para novas análises e submissão de aprovação. Esclareceu que o convênio em  
531 questão, firmado em 2025, possui amparo legal para prorrogações anuais e que a  
532 aprovação do aditamento por doze meses não exime o conselho de suas atribuições.  
533 Ressaltou que, durante a execução do contrato, os conselheiros detêm a prerrogativa  
534 de fiscalizar e sugerir ajustes qualitativos e quantitativos conforme a necessidade da  
535 população, não sendo a aprovação atual um impedimento para modificações futuras.  
536 Reforçou que o item da pauta é estritamente a prorrogação anual do convênio, sendo  
537 os conselheiros livres para manifestarem seus votos. O conselheiro Joaci Ferreira da  
538 Silva solicitou a palavra para apresentar uma proposta de encaminhamento visando à  
539 celeridade dos trabalhos e à garantia da continuidade dos serviços de saúde. Propôs  
540 que a votação dos três convênios pautados fosse realizada em bloco, dispensando-se  
541 a apresentação técnica individual detalhada naquele momento para evitar a  
542 desassistência à população. Como condição à aprovação, o conselheiro sugeriu que o  
543 colegiado estabeleça um compromisso de que, em um prazo de noventa dias, os  
544 referidos planos de trabalho retornem à pauta para uma análise técnica minuciosa e



545 estudo aprofundado por parte dos novos membros, permitindo a verificação da  
546 execução dos serviços e possíveis ajustes. O Secretário e Presidente do COMUS, Dr.  
547 **Gleison Lopes Aredes** deixou claro que esclarecer que a aprovação do convênio não  
548 estabelece uma carência para a atuação do colegiado, sendo desnecessário aguardar  
549 o prazo de noventa dias para o início das atividades de controle. Ressaltou que, uma  
550 vez aprovada a prorrogação, os conselheiros têm a prerrogativa e o dever de iniciar a  
551 fiscalização de forma imediata, já a partir do dia seguinte, exercendo o monitoramento  
552 contínuo da execução contratual e propondo os ajustes necessários a qualquer tempo.  
553 O conselheiro **Joaci Ferreira da Silva** propôs ao plenário a votação dos convênios em  
554 bloco, visando garantir a celeridade administrativa e evitar a interrupção dos serviços  
555 de saúde. Ressaltou a necessidade premente da prorrogação para a continuidade da  
556 assistência, mas defendeu que, embora o prazo formal de renovação seja de doze  
557 meses, seja estabelecido um compromisso de que os planos de trabalho retornem ao  
558 Pleno em um prazo de noventa dias. O objetivo da proposta é permitir que o novo  
559 colegiado realize uma análise técnica aprofundada e decida sobre a manutenção ou  
560 ajuste das metas e diretrizes após este período de estudo. O Secretário e Presidente  
561 do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes** prestou esclarecimentos técnicos sobre a  
562 inviabilidade da proposta de condicionar a deliberação a um prazo de noventa dias.  
563 Explicou que, uma vez aprovada a prorrogação pelo período de doze meses, o ato  
564 administrativo de renovação consolida-se por esse prazo total, não havendo amparo  
565 legal para uma nova deliberação de aprovação em período inferior. Ressaltou, contudo,  
566 que a aprovação não retira o poder de controle do Conselho, visto que a fiscalização é  
567 uma atividade diária e permanente. Pontuou que qualquer irregularidade ou  
568 necessidade de ajuste identificada na execução do convênio deve ser apontada  
569 imediatamente pelos conselheiros, independentemente de cronogramas de votação,  
570 garantindo a eficácia da vigilância sobre os recursos e serviços públicos. Reforçou que,  
571 nos termos da legislação vigente de convênios e contratos, a prorrogação deve ser  
572 estabelecida pelo período de doze meses, não havendo necessidade de inclusão de  
573 item de revisão compulsória em cronograma de curto prazo. Esclareceu que, sendo a  
574 fiscalização uma atribuição permanente, qualquer irregularidade detectada pelo  
575 colegiado pode ser objeto de pauta na reunião subsequente ou motivar a convocação  
576 de uma reunião extraordinária, conforme a urgência do tema. Reiterou que o item objeto  
577 de deliberação é, estritamente, a prorrogação anual do ajuste e que o Conselho possui  
578 as ferramentas regimentais necessárias para intervir e resolver eventuais problemas na



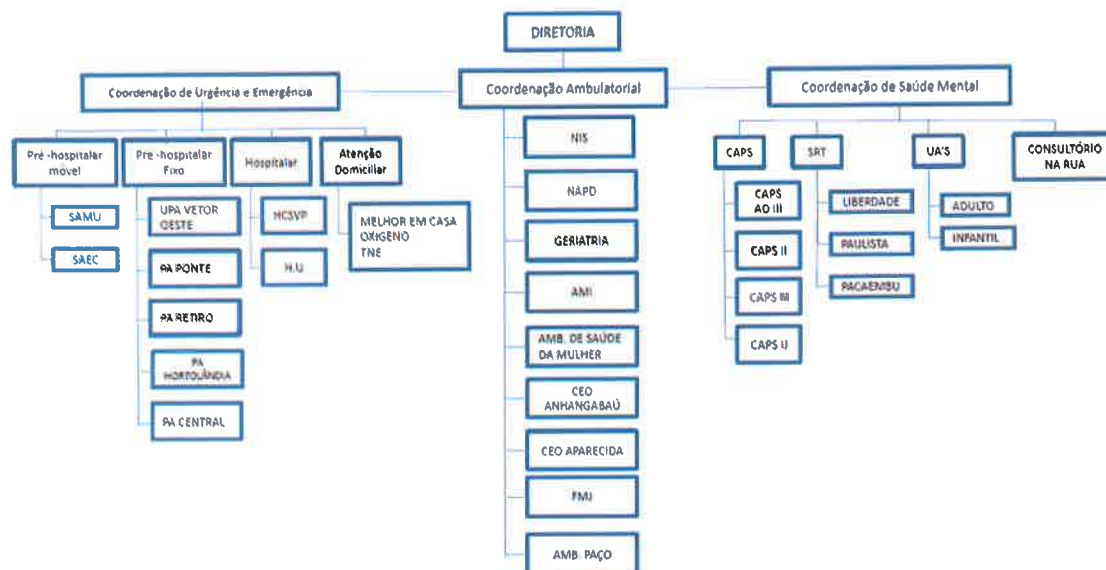
579 execução contratual a qualquer tempo, garantindo a plena vigilância sobre os serviços  
580 prestados. O conselheiro **Joaci Ferreira da Silva** reiterou sua preocupação quanto à  
581 necessidade de que os temas retornem ao debate colegiado após o período inicial de  
582 análise. A **Diretora do Departamento de Atenção Ambulatorial e Hospitalar, Sra.**  
583 **Lucimara Mantovani**, fez uso da palavra e realizou a seguinte apresentação:



### Prorrogações – Planos de Trabalho dos PAs Retiro, Central e Hortolândia



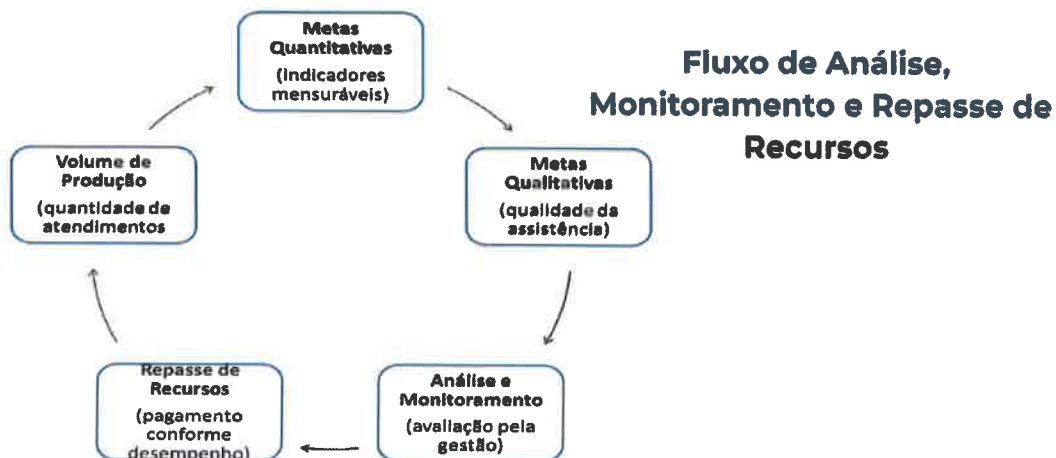
584



585



## Análise e Monitoramento



586

## OBJETO DO CONVÊNIO

Prorrogação do **Convênio 11/2025 - Pronto Atendimento Retiro**

Vigência: 01/05/2026 à 30/04/2027

Gestão e operacionalização dos serviços que compõem a  
Rede de Atenção Pré Hospitalar –  
Pronto Atendimento Retiro.

587



### QUADRO DE PESSOAL

CARGO / FUNÇÃO	QUANTIDADE PROFISSIONAIS	CARGA HORÁRIA MENSAL
Aprendiz	1	150
Auxiliar de Higiene	3	180
Auxiliar de Relacionamento	2	180
Controle de Acesso	3	180
Coordenador de Enfermagem	1	200
Enfermeiro	9	180
Farmacêutico	3	180
Recepcionista	4	180
Técnico de Enfermagem	12	180
<b>Total</b>	<b>38</b>	

Equipe: Composição da equipe de profissionais da área da saúde para o P.A. Retiro

588



### QUADRO DE PESSOAL

Plano de Trabalho PAR - EQUIPE MÉDICA		Horas do dia																							
		P	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
Coordenador Médico Adm. RT Coordenador Médico Pediatra	Segunda-feira	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	Terça-feira	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	Quarta-feira	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	Quinta-feira	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sexta-feira	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sábado	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Domingo	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Clínico Geral	Segunda-feira	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
	Terça-feira	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
	Quarta-feira	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
	Quinta-feira	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
	Sexta-feira	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
	Sábado	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
Domingo	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0	
Pediatra	Segunda-feira	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
	Terça-feira	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
	Quarta-feira	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
	Quinta-feira	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
	Sexta-feira	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
	Sábado	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0
Domingo	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0	

Total = 133 plantões

589





## PRONTO ATENDIMENTO RETIRO

**Quadro 1:** Metas quantitativas = Volume de produção estimado.

TABELA SUS - SUBGRUPOS	META MENSAL FÍSICA - ESTIMADA	VALOR MENSAL
0201 Coleta de material	15.000	R\$ 594.666,04
0202 Diagnóstico em laboratório clínico		
0214 Diagnóstico por teste rápido		
0301 Consultas/atendimentos/acompanhamentos		
0303 Tratamentos clínicos (outras especialidades)		
0401 pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa		
0404 Cirurgias de vias áreas superiores, face, cabeça e pescoço		
0406 Cirurgia de aparelho circulatório		
0407 Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal		
0408 Cirurgia do sistema osteomuscular		
0412 Cirurgia Torácica		

590

## PRONTO ATENDIMENTO RETIRO

**Quadro 2:** Metas  
qualitativas

Nº	Indicadores	Descrição	Parâmetro Utilizado	Pontuação
1	Taxa de usuários classificados com risco azul	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 4h)	70%	2
2	Taxa de usuários classificados com risco verde	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 2h)	80%	2
3	Taxa de usuários classificados com risco amarelo	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 1h)	86%	2
4	Taxa de usuários classificados com risco laranja	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 10 minutos)	90%	2
5	Taxa de usuários classificados com risco vermelho	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera imediato)	100%	2
TOTAL				10

591

## PRONTO ATENDIMENTO RETIRO

**Quadro 3:** Cronograma de desembolso de mai/2026 a abr/2027

Descrição	VALOR MENSAL DO DESEMBOLSO					
	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26
P. A. Retiro	594.666,04	594.666,04	594.666,04	594.666,04	594.666,04	594.666,04
<b>TOTAL</b>	<b>594.666,04</b>	<b>594.666,04</b>	<b>594.666,04</b>	<b>594.666,04</b>	<b>594.666,04</b>	<b>594.666,04</b>
Descrição	VALOR MENSAL DO DESEMBOLSO					
	nov/26	dez/26	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27
P. A. Retiro	594.666,04	594.666,04	594.666,04	594.666,04	594.666,04	594.666,04
<b>TOTAL</b>	<b>594.666,04</b>	<b>594.666,04</b>	<b>594.666,04</b>	<b>594.666,04</b>	<b>594.666,04</b>	<b>594.666,04</b>



592

593 O conselheiro **Joaci Ferreira da Silva** manifestou a necessidade de incluir formalmente  
594 a Resolução nº 2077/2024 no planejamento vigente, ressaltando a importância do  
595 cumprimento da Lei Municipal 2070/2014. Enfatizou a obrigatoriedade de as unidades  
596 manterem um Portal da Transparência individualizado e detalhado. Tal portal deve  
597 permitir a identificação clara do quadro de funcionários, incluindo médicos, além de  
598 apresentar a relação de cargos e salários, conforme já exigido pelo Tribunal de Contas.  
599 O Secretário e Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes** acusou o  
600 recebimento das propostas, garantindo ao conselheiro que as intervenções seriam  
601 devidamente registradas em ata. A conselheira **Dalva de Jesus Monteiro** pontuou o  
602 aumento expressivo na procura pelo PA Retiro , observando que o serviço apresenta  
603 uma demanda superior a períodos anteriores, o que reflete a maior busca da população  
604 pela saúde pública. Dando continuidade, a Conselheira Dalva dirigiu-se à Conselheira  
605 Thaiza, questionando se haveria dúvidas ou considerações específicas referentes ao  
606 PA Retiro. A conselheira **Thaiza Salviano Carneiro Pinheiro** informou que realizou a  
607 leitura integral dos planos de trabalho e procedeu à consulta dos códigos de  
608 procedimento com base na tabela SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de  
609 Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS). Relatou ter questionado, inicialmente,  
610 a inclusão de procedimentos cirúrgicos em unidades de pronto-atendimento, visto que  
611 tais locais não dispõem de sala cirúrgica ou estrutura para anestesia geral e sedação  
612 de longo período. Em razão disso, encaminhou relatório solicitando esclarecimentos  
613 sobre a natureza desses subgrupos à luz da legislação vigente. Segundo a conselheira,  
614 a administração do Hospital São Vicente esclareceu que códigos como o 0407,



615 referente a cirurgias do aparelho digestivo, possuem sequências numéricas que  
616 englobam serviços de baixa complexidade, como drenagens de líquido intestinal, tórax  
617 e pulmão, além de suturas e curativos especializados. Ficou esclarecido que tais  
618 procedimentos, por utilizarem apenas anestesia local e não serem considerados  
619 invasivos de alta complexidade, são tecnicamente admitidos no escopo de atendimento  
620 das UPAs e PAs. Por fim, a conselheira ressaltou que, após os esclarecimentos  
621 realizados pela Diretora Lucimara, a distinção entre esses procedimentos e as cirurgias  
622 de alta complexidade ficou devidamente parametrizada, sanando suas dúvidas. A  
623 conselheira e representante do HCSVP **Kely Cristine Schettini** complementou que foi  
624 ressaltada a relevância técnica dessas informações para a gestão municipal, uma vez  
625 que os dados processados são faturados junto ao Ministério da Saúde e refletem a  
626 realidade da produção assistencial do município. Enfatizou-se a necessidade de que  
627 esses registros estejam rigorosamente organizados e lançados nos sistemas oficiais,  
628 garantindo a transparência pública e permitindo o acompanhamento social das ações  
629 realizadas. Reforçou-se que o lançamento e a execução desses procedimentos  
630 seguem critérios estritos de pertinência ao escopo de pronto atendimento, sendo  
631 validados e aprovados pelo Ministério da Saúde. Por fim, pontuou-se que esse fluxo de  
632 informações consolida o panorama das atividades executadas na rede de saúde, sob  
633 a supervisão e os parâmetros técnicos da esfera federal. A Diretora Lucimara salientou  
634 que o monitoramento rigoroso das atividades em unidades de Pronto Atendimento  
635 permite definir os limites do que pode ser executado em tais estruturas, estabelecendo  
636 critérios claros sobre a permanência de pacientes e a priorização de transferências para  
637 o ambiente hospitalar. Pontuou-se que a sala de emergência é um ambiente  
638 tecnicamente apto para a realização de procedimentos invasivos que, embora  
639 complexos, não prescindem da infraestrutura de um centro cirúrgico, conforme previsto  
640 nas normas vigentes. Reforçou-se, ainda, que a gestão acompanha esses indicadores  
641 por meio da instituição de metas e códigos específicos; caso o hospital ou o Pronto  
642 Atendimento extrapole sua capacidade instalada ou execute atos fora de seu escopo,  
643 tais itens são devidamente apontados e glosados. Por fim, informou-se que a execução  
644 desses procedimentos é monitorada em tempo real pela equipe de regulação,  
645 garantindo que a assistência prestada esteja em total conformidade com a capacidade  
646 técnica e operacional das unidades. Não havendo mais questionamentos, a  
647 **Deliberação da Prorrogação do Convênio com o HCSVP de nº. 11/2025 – Referente**  
648 **ao Pronto Atendimento Retiro, foi colocada em votação e foi aprovada por**



649 **unanimidade.** Votaram favoravelmente os seguintes conselheiros: Marli Baptista de  
650 Oliveira, Michel Fernandes de Moraes, Joaci Ferreira da Silva, Thaiza Salviano  
651 Carneiro Pinheiro Soares Souza, Josilaine Cristina de Oliveira, Dalva de Jesus  
652 Monteiro, Luiz Henrique Muraro, Andreia Rocha Bonifácio Tavares, Maria de Fatima S.  
653 Manzine, Thais Cristina Vieira Saito, Antônio Messias Gama Rospendowski, Ada Maria  
654 Fossen, Gleison Lopes Aredes, Andreia Pinto de Souza, Kely Cristine Schettini e José  
655 Carlos de Lima. A conselheira Eliana Alves de Oliveira não estava conectada no  
656 momento da votação. **5º Ponto de Pauta: Deliberação da Prorrogação do Convênio**  
657 **com o HCSVP de nº. 13/2025 – Referente ao Pronto Atendimento Central. A**  
658 **Diretora do Departamento de Atenção Ambulatorial e Hospitalar, Sra. Lucimara**  
659 **Mantovani, apresentou o que segue:**

660

#### OBJETO DO CONVÊNIO

Prorrogação do **Convênio 13/2025 - Pronto Atendimento Central**

Vigência: 01/05/2026 à 30/04/2027

Gestão e operacionalização dos serviços que compõem a  
Rede de Atenção Pré Hospitalar  
Pronto Atendimento Central.

661





CARGO / FUNÇÃO	QUANTIDADE PROFISSIONAIS	CARGA HORÁRIA MENSAL
Auxiliar Administrativo	1	200
Aprendiz	2	150
Auxiliar de Farmácia	6	180
Auxiliar de Higiene	14	180
Auxiliar de Relacionamento	4	200
Auxiliar Odontologia	3	180/200
Cirurgião Dentista	6	**
Controle de Acesso	14	180
Copeira	4	180
Enfermeiro	34	180/200
Farmacêutico	6	180
Gerente de Pronto Atendimento	1	200
Líder administrativo	1	200
Líder Operacional	1	200
Recepcionista	14	180
Supervisor Assistencial	1	200
Técnico de Enfermagem	53	180
Técnico de Radiologia	12	120
<b>Total</b>	<b>177</b>	

### QUADRO DE PESSOAL

Equipe: Composição da equipe de profissionais da área da saúde para o P.A. Central



662

663

		Mês do Dia	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
Coordenador Médico Adulto - RT Coordenador Médico Cirurgico	Segunda-feira	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Terça-feira	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Quarta-feira	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Quinta-feira	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Sexta-feira	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Sábado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Domingo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Clínica Peró	Segunda-feira	3	3	3	3	3	3	3	3	5	5	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
	Terça-feira	3	3	3	3	3	3	3	3	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
	Quarta-feira	2	3	3	3	3	3	3	3	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
	Quinta-feira	2	3	3	3	3	3	3	3	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
	Sexta-feira	2	3	3	3	3	3	3	3	5	5	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
	Sábado	3	3	3	3	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Domingo	3	3	3	3	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
Emergência	Segunda-feira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Terça-feira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Quarta-feira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Quinta-feira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Sexta-feira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Sábado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Domingo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	

### QUADRO DE PESSOAL

Total = 457 plantões  
\*Incluindo dentistas



664



## PRONTO ATENDIMENTO CENTRAL

**Quadro 1:** Metas quantitativas = Volume de produção estimado.

TABELA SUS - SUBGRUPOS	META MENSAL FÍSICA - ESTIMADA	VALOR MENSAL
0201 Coleta de material	65.000	R\$ 2.481.211,53
0202 Diagnóstico em laboratório clínico		
0204 Diagnóstico por radiologia		
0211 Métodos diagnósticos em especialidades		
0214 Diagnóstico por teste rápido		
0301 Consultas/atendimentos/acompanhamentos		
0303 Tratamentos clínicos (outras especialidades)		
0307 Tratamentos odontológicos		
0401 pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa		
0404 Cirurgias de vias áreas superiores, face, cabeça e pescoço		
0406 Cirurgia de aparelho circulatório		
0407 Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal		
0408 Cirurgia do sistema osteomuscular		
0412 Cirurgia Torácica		
0414 Omaxilofacial		

665

## PRONTO ATENDIMENTO CENTRAL

**Quadro 2:** Metas qualitativas

Nº	Indicadores	Descrição	Parâmetro Utilizado	Pontuação
1	Taxa de usuários classificados com risco azul	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 4h)	70%	2
2	Taxa de usuários classificados com risco verde	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 2h)	80%	2
3	Taxa de usuários classificados com risco amarelo	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 1h)	85%	2
4	Taxa de usuários classificados com risco laranja	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 10 minutos)	90%	2
5	Taxa de usuários classificados com risco vermelho	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera imediato)	100%	2
TOTAL				10

666

667 O conselheiro Antônio Messias Gama Rospendowski iniciou sua fala relatando sua  
668 experiência como usuário do Pronto Atendimento mencionando o atendimento recebido  
669 em episódios de saúde pessoais. Ressaltou que, por ser um ponto crítico da rede e um  
670 local de busca frequente por cuidados, é fundamental que o PA receba uma atenção  
671 especializada voltada à população LGBTQIA+. Sugeriu a implementação de um  
672 trabalho de sensibilização e capacitação dos profissionais para uma escuta qualificada  
673 e especializada, reforçando que o combate à homofobia e à transfobia é um dever legal.  
674 Por fim, destacou a importância de integrar o saber técnico, como o da psicologia, para  
675 aprimorar o acolhimento desse público na unidade. O Secretário e Presidente do  
676 COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes** reforçou que, conforme Questão de Ordem





677 discutida anteriormente, todos os registros e propostas apresentados constarão  
678 integralmente em ata e pode fazer parte da fiscalização dos conselheiros. A conselheira  
679 e representante do HCSVP **Kely Cristine Schettini** disse que a gestão está aberta a  
680 trazer sugestões e a discutir, cada vez melhor, esse acolhimento, de modo a contribuir  
681 com esses planos. Ressaltou que estão abertos para que essas melhorias possam,  
682 cada vez mais, serem implementadas de forma mais rápida. A conselheira **Dalva de**  
683 **Jesus Monteiro** questionou qual seria o tempo médio de espera para atendimento no  
684 PA Central. Especificou que o interesse recai sobre o tempo médio atual destinado  
685 àquelas pessoas que não se enquadram nos critérios de prioridade imediata. A Diretora  
686 **Lucimara** esclareceu que existem diferenças nos tempos estabelecidos, sendo que a  
687 prioridade é o primeiro atendimento, com a classificação devendo ocorrer nos primeiros  
688 15 minutos. Em relação aos pacientes classificados como 'verdes' e 'azuis' — aqueles  
689 que podem aguardar mais —, o tempo previsto é de até duzentos e quarenta minutos  
690 para o primeiro atendimento. Ressaltou que esse período não contabiliza o tempo de  
691 espera por exames e reavaliação. Explicou que, após a triagem, caso o paciente não  
692 seja classificado como urgente ou em situação de emergência, ele aguarda o  
693 atendimento médico e, após essa etapa, iniciam-se outros tempos: o de espera por  
694 exames laboratoriais, o de exames de imagem e o de reavaliação médica. Destacou  
695 que a **Kely Cristine Schettini** está implementando ações de forma informatizada,  
696 tendo instituído o sistema que denomina como 'Kanban'. Explicou que, através desse  
697 sistema, ela monitora todos os aspectos do fluxo, verificando, inclusive, se o médico  
698 realiza efetivamente a reavaliação do paciente após a conclusão de todos os exames.  
699 Informou sobre a implementação de uma metodologia para o acompanhamento do  
700 *Service Level Agreement* em cada fase do processo no atendimento pré-hospitalar  
701 (PAs). Explicou que o sistema cronometra todas as etapas: desde a retirada da senha,  
702 passagem pela classificação de risco, recepção, até o primeiro atendimento médico.  
703 Ressaltou que esse sistema informatizado permite mapear pontos críticos e agir em  
704 melhorias específicas, sendo acompanhado pela Prefeitura para demonstrar cada fase  
705 do percurso do paciente. Explicou que o sistema emite alertas para que o médico, em  
706 no máximo sessenta minutos, realize a reavaliação do paciente, solicite novos exames  
707 ou tome a decisão clínica pertinente. Afirmou que essa visualização de todo o processo  
708 garante a segurança da assistência, otimização do serviço e maior resolutividade,  
709 sendo uma evolução já implementada nos PAs. Destacou que a gestão monitora telas  
710 de *Business Intelligence*, atualizadas a cada quarenta e cinco segundos, permitindo o



711 acompanhamento em tempo real. Por fim, esclareceu que os tempos são  
712 individualizados, inclusive para a aplicação de medicamentos — diferenciando casos  
713 de aplicação imediata de outros que exigem ciclos de até uma hora e meia. Reforçou  
714 que tal metodologia visa a eficiência de recursos e a garantia da segurança do paciente  
715 em todas as unidades. O conselheiro **Joaci Ferreira da Silva** solicitou, inicialmente,  
716 que todos os seus pedidos referentes ao PA Central constem integralmente em ata. Em  
717 seguida, apresentou questionamento acerca do custeio da alimentação dos  
718 funcionários do PA. Apontou que, embora recebam Vale-Refeição/Alimentação, tais  
719 profissionais estariam realizando as refeições dentro do Hospital São Vicente. O  
720 Conselheiro manifestou preocupação com o que classificou como desvio de finalidade  
721 dos recursos, argumentando que o convênio do pronto atendimento é distinto do  
722 convênio do Hospital São Vicente. Ressaltou que os próprios funcionários do PA  
723 manifestam o desejo de receber o benefício para custear a própria alimentação. Citou  
724 o senhor Denilson como referência no hospital e questionou a representação da  
725 instituição no momento. Ademais, solicitou que verbas como férias e décimo terceiro  
726 sejam mantidas em conta específica, vedando o uso para outras finalidades. Dirigindo-  
727 se as Diretoras Tereza e Lucimara, formalizou o pedido para que, a partir de 1º de  
728 janeiro, os funcionários recebam exclusivamente via Vale-Alimentação, interrompendo  
729 o fornecimento de refeições físicas no Hospital São Vicente, reiterando a tese de desvio  
730 de finalidade. Finalizou solicitando que tais pontos sejam devidamente lavrados em ata  
731 para posterior fiscalização. O Secretário e Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes**  
732 **Aredes** respondeu ao Conselheiro Joaci informando que, em conformidade com as  
733 manifestações anteriores, todos os seus apontamentos serão devidamente registrados  
734 em ata. Não havendo mais questionamentos, **a Prorrogação do Convênio com o**  
735 **HCSVP de nº. 13/2025 – Referente ao Pronto Atendimento Central, foi aprovado**  
736 **por unanimidade**. Votaram favoravelmente os seguintes conselheiros: Marli Baptista  
737 de Oliveira, Michel Fernandes de Moraes, Joaci Ferreira da Silva, Thaiza Salviano  
738 Carneiro Pinheiro Soares Souza, Josilaine Cristina de Oliveira, Dalva de Jesus  
739 Monteiro, Luiz Henrique Muraro, Andreia Rocha Bonifácio Tavares, Maria de Fatima S.  
740 Manzine, Thais Cristina Vieira Saito, Antônio Messias Gama Rospendowski, Ada Maria  
741 Fossen, Gleison Lopes Aredes, Andreia Pinto de Souza, Kely Cristine Schettini e José  
742 Carlos de Lima. A conselheira Eliana Alves de Oliveira não estava conectada no  
743 momento da votação. Iniciou-se o **6º Ponto de Pauta: Deliberação da Prorrogação**  
744 **do Convênio com o HCSVP de nº .12/2025 – Referente ao Pronto Atendimento PA**



745 **Hortolândia.** A Diretora do Departamento de Atenção Ambulatorial e Hospitalar, Sra.  
746 Lucimara Mantovani, fez uso da palavra e realizou a seguinte apresentação.

## OBJETO DO CONVÊNIO

Prorrogação e Aditamento do **Convênio 12/2025**

**Pronto Atendimento Hortolândia**

Vigência: 01/05/2026 à 30/04/2027

Gestão e operacionalização dos serviços que compõem a  
Rede de Atenção Pré Hospitalar  
Pronto Atendimento Hortolândia.

747

### PRONTO ATENDIMENTO HORTOLÂNDIA

CARGO / FUNÇÃO	QUANTIDADE PROFISSIONAIS	CARGA HORÁRIA
Aprendiz	2	150
Auxiliar de Farmácia	3	180
Auxiliar de Higiene	12	180
Auxiliar de Relacionamento	4	180/200
Controle de Acesso	12	180
Enfermeiro	22	180/200
Farmacêutico	6	180
Líder Operacional	1	200
Recepcionista	14	200
Supervisor Assistencial	1	200
Técnico de Enfermagem	34	180
Técnico de Raio-X	8	120
<b>Total</b>	<b>119</b>	

Equipe: Composição  
da equipe de  
profissionais da área  
da saúde para o P.A.  
Hortolândia

748



# PRONTO ATENDIMENTO HORTOLÂNDIA

Plano de Trabalho PAH - EQUIPE MÉDICA		Horas do dia																							
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
Coordenador Médico Adulto - RT Coordenador Médico Pediatra	Segunda-feira	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Terça-feira	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Quarta-feira	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Quinta-feira	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sexta-feira	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sábado	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Domingo	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clínicos Peru	Segunda-feira	1	1	1	1	1	1	2	4	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	4	2	2
	Terça-feira	1	1	1	1	1	1	2	4	4	5	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4	4	2	2
	Quarta-feira	1	1	1	1	1	1	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	2
	Quinta-feira	1	1	1	1	1	1	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	2
	Sexta-feira	1	1	1	1	1	1	2	4	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	4	3	2
	Sábado	1	1	1	1	1	1	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	2	2
	Domingo	1	1	1	1	1	1	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	2



749

# PRONTO ATENDIMENTO HORTOLÂNDIA

Emergencista (atendimento Adulto e Infância)	Segunda-feira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Terça-feira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Quarta-feira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Quinta-feira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Sexta-feira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Sábado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Domingo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pediatra	Segunda-feira	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	2	2
	Terça-feira	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Quarta-feira	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Quinta-feira	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Sexta-feira	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	2
	Sábado	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Domingo	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

Total = 404 plantões



750



## PRONTO ATENDIMENTO HORTOLÂNDIA

**Quadro 1:** Metas quantitativas = Volume de produção estimado.

TABELA SUS - SUBGRUPOS	METAMENSAL FÍSICA - ESTIMADA	VALOR MENSAL ESTIMADO SUS
0201 Coleta de material	45 000	R\$ 2.007.246,16
0202 Diagnóstico em laboratório clínico		
0214 Diagnóstico por teste rápido		
0301 Consultas/atendimentos/acompanhamentos		
0303 Tratamentos clínicos (outras especialidades)		
0401 pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa		
0404 Cirurgias de vias áreas superiores, face, cabeça e pescoço.		
0406 Cirurgia de aparelho circulatório		
0407 Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal		
0408 Cirurgia do sistema osteomuscular		
0412 Cirurgia Torácica		

751

## PRONTO ATENDIMENTO HORTOLÂNDIA

**Quadro 2:** Metas  
qualitativas

Nº	Indicadores	Descrição	Parâmetro Utilizado	Pontuação
1	Taxa de usuários classificados com risco azul	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 4h)	70%	2
2	Taxa de usuários classificados com risco verde	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 2h)	80%	2
3	Taxa de usuários classificados com risco amarelo	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 1h)	85%	2
4	Taxa de usuários classificados com risco laranja	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera máx. 10 minutos)	90%	2
5	Taxa de usuários classificados com risco vermelho	Existência de classificação de risco conforme protocolo internacional Manchester (espera imediato)	100%	2
TOTAL				10

752



## PRONTO ATENDIMENTO HORTOLÂNDIA

**Quadro 3.** Cronograma de Desembolso

Descrição	VALOR MENSAL DO DESEMBOLSO					
	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26
P A Hortolândia	2.007.246,16	2.007.246,16	2.007.246,16	2.007.246,16	2.007.246,16	2.007.246,16
<b>TOTAL</b>	<b>2.007.246,16</b>	<b>2.007.246,16</b>	<b>2.007.246,16</b>	<b>2.007.246,16</b>	<b>2.007.246,16</b>	<b>2.007.246,16</b>

Descrição	VALOR MENSAL DO DESEMBOLSO					
	nov/26	dez/26	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27
P A Hortolândia	2.007.246,16	2.007.246,16	2.007.246,16	2.007.246,16	2.007.246,16	2.007.246,16
<b>TOTAL</b>	<b>2.007.246,16</b>	<b>2.007.246,16</b>	<b>2.007.246,16</b>	<b>2.007.246,16</b>	<b>2.007.246,16</b>	<b>2.007.246,16</b>

OBS.: Aditamento será de 16,4% - 81 plantões médicos + 43 funcionários de apoio = 9000 procedimentos



753

754 Não havendo questionamentos a **Prorrogação do Convênio com o HCSVP de nº**  
755 **.12/2025 – Referente ao Pronto Atendimento PA Hortolândia, foi aprovado por**  
756 **unanimidade.** Votaram favoravelmente os seguintes conselheiros: Votaram  
757 favoravelmente os seguintes conselheiros: Marli Baptista de Oliveira, Michel Fernandes  
758 de Moraes, Joaci Ferreira da Silva, Thaiza Salviano Carneiro Pinheiro Soares Souza,  
759 Josilaine Cristina de Oliveira, Dalva de Jesus Monteiro, Andreia Rocha Bonifácio  
760 Tavares, Maria de Fatima S. Manzine, Thais Cristina Vieira Saito, Antônio Messias  
761 Gama Rospendowski, Ada Maria Fossen, Gleison Lopes Aredes, Andreia Pinto de  
762 Souza, Kely Cristine Schettini e José Carlos de Lima. Os conselheiros Luiz Henrique  
763 Muraro Eliana e Alves de Oliveira não estavam conectados no momento da votação. **A**  
764 **conselheira Andreia Rocha Bonifácio Tavares** apresentou um questionamento  
765 referente à planilha de custos, buscando esclarecimentos sobre o motivo pelo qual a  
766 unidade do PA Central não apresenta a previsão de Vale-Refeição, diversamente das  
767 outras duas unidades, onde constam tanto o Vale-Alimentação quanto o Vale-Refeição.  
768 Sugeriu que, caso o benefício não esteja sendo pago, o mesmo seja implementado,  
769 observando que tal inclusão alteraria o valor total apresentado na planilha. O Secretário  
770 e Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes** acusou o recebimento do  
771 questionamento, afirmando que a manifestação constará em ata. Informou, ainda, que  
772 será encaminhado o devido esclarecimento sobre a divergência nos benefícios de vale-  
773 refeição e alimentação apontada na planilha, agradecendo a contribuição do

774 conselheiro. **7º Ponto de Pauta: Informes.** A secretária Giuliana Bortolo solicitou aos  
775 conselheiros o envio de fotos para a confecção dos crachás de identificação. Ressaltou  
776 que, devido à necessidade de processo licitatório para a aquisição, o prazo para  
777 entrega poderá ser estendido, mas que a organização dos dados já está em  
778 andamento. Informou que está em análise a recomposição das vacâncias abertas no  
779 Conselho (COMUS). Comunicou, ainda, o recebimento do pedido para a realização da  
780 **18ª Conferência Nacional de Saúde**, confirmando que o município realizará a sua  
781 etapa local. Esclareceu que detalhes como data e local ainda estão em definição e  
782 serão repassados oportunamente aos conselheiros. Encerrados os informes oficiais, a  
783 Presidência abriu a palavra aos presentes para questionamentos diversos. A Sra.  
784 **Maria Cleuza Buoni Cunha** iniciou sua fala cumprimentando a Presidência e  
785 expressando seu profundo descontentamento com o andamento do início da reunião.  
786 Com a autoridade de quem possui trinta e três anos de atuação no Conselho e setenta  
787 e cinco anos de idade, afirmou nunca ter presenciado um episódio semelhante,  
788 classificando como inadmissível a tentativa de interrupção ou obstrução dos trabalhos  
789 por questões de horário ou provocações. Ressaltou que o Conselho não é espaço para  
790 discussões partidárias ou políticas ideológicas, reiterando que a única política  
791 pertinente ao órgão é a política de saúde voltada a salvar vidas. Defendeu que,  
792 independentemente de quem seja o gestor ou prefeito, a obrigação é com a execução  
793 do serviço público. Criticou duramente a postura de 'aglomeração' para evitar a votação,  
794 pontuando que impedir a deliberação seria um crime contra a população que depende  
795 do atendimento de saúde. Apelou por maior compostura, educação e ética, frisando  
796 que eventuais rixas devem ser resolvidas na esfera judicial e não dentro das reuniões  
797 do Conselho. Encerrou manifestando o desejo de que tais atitudes não se repitam,  
798 prezando pelo respeito ao histórico da instituição. A conselheira **Thaiza Salviano**  
799 **Carneiro Pinheiro** expressou profunda tristeza pelo fato de a primeira reunião do novo  
800 biênio ter sido marcada por ataques e perseguições de cunho político. Solicitou  
801 formalmente à Presidência que constem em ata as falas do conselheiro Joacir —  
802 incluindo as menções de evasão da reunião — bem como as manifestações políticas  
803 das pessoas presentes na sala. Afirmou que o Conselho é um espaço de  
804 representatividade que exige seriedade, lamentando que o início da sessão tenha sido  
805 utilizado para ataques pessoais que não contribuem para a saúde pública. Ressaltou  
806 que as falas alteradas desrespeitam não apenas a sua pessoa, mas todos os  
807 trabalhadores da saúde, representantes de entidades e conselheiros que dedicam seu



808 tempo voluntário ao colegiado. Destacou o esforço da equipe técnica e administrativa  
809 da Prefeitura, que permanece além do horário regular em prol da saúde. Manifestou  
810 preocupação específica com a segurança das conselheiras Michele e Dalva (pessoas  
811 com deficiência) no retorno às suas residências após o horário avançado. Criticou a  
812 tentativa de conselheiros novatos de burlarem o regimento interno aprovado para tentar  
813 impor decisões unilaterais. Por fim, exortou os novos membros a buscarem o  
814 conhecimento do regimento e sanarem dúvidas junto à Secretaria, solicitando licença  
815 para retirar-se da sessão e agradecendo o apoio às pautas apresentadas. A Sra.,  
816 **Michele Aparecida Roveri** se apresentou como ex-conselheira titular do COMUS,  
817 iniciou sua fala parabenizando a gestão do senhor Gustavo Martinelli pelo atendimento  
818 recebido por sua mãe na área de neurologia. Relatou que buscou auxílio junto ao  
819 gabinete para a inserção em lista de espera, expressando seu agradecimento pelo  
820 apoio recebido. Afirmou que seu intuito é contribuir com o segmento e apoiar propostas  
821 que colaborem com a gestão municipal. A conselheira **Josilaine Cristina de Oliveira**  
822 se identificou como liderança da comunidade do Ivoiturucaia, iniciou sua fala  
823 esclarecendo que sua atuação é independente e não possui vínculos partidários.  
824 Relatou experiências pessoais de vulnerabilidade na comunidade para ilustrar sua  
825 trajetória de denúncias e cobranças junto ao poder público. Em seguida, solicitou um  
826 esclarecimento formal referente a eleição do COMUS. Pontuou que, no dia da eleição,  
827 seu suplente era o Sr. Francisco Carlos Machado, entretanto, no edital oficial publicado,  
828 consta o nome da Sra. Zélia dos Santos como sua suplente. Diante da divergência entre  
829 o ocorrido no pleito e a publicação oficial, pediu que a situação seja devidamente  
830 esclarecida. A secretária Giuliana Bortolo informou que existe um parecer jurídico  
831 tratando especificamente sobre a divergência na suplência mencionada.  
832 Comprometeu-se a encaminhar o referido documento a todos os conselheiros no dia  
833 seguinte, para que tomem ciência da resposta oficial obtida sobre o questionamento. A  
834 conselheira **Thais Cristina Vieira Saito** solicitou a presença do Presidente e da  
835 Secretária do COMUS Giuliana, ao término da sessão, para um contato direto com os  
836 membros presentes na sala. O objetivo principal seria a entrega e o protocolo de uma  
837 denúncia já assinada por diversos conselheiros, reforçando a importância do  
838 recebimento formal do documento pela Presidência. Esclareceu que a intenção do  
839 grupo não é realizar uma oposição sistemática à gestão, mas garantir que os processos  
840 ocorram dentro da legalidade, sem preferências, unindo os interesses da administração  
841 e da população. Ressaltou que o espaço do Conselho deve ser de debate e não apenas



842 de aprovações automáticas. Relatou, ainda, que sua motivação em participar do  
843 colegiado advém de dificuldades enfrentadas anteriormente no âmbito da  
844 administração pública, visando evitar que outros servidores passem por situações  
845 semelhantes. Finalizou reiterando que o grupo preza pelo respeito institucional, mas  
846 que exercerá firmemente seu papel de fiscalização e cobrança. O Secretário e  
847 Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes** agradeceu a manifestação da  
848 Conselheira Thaís, informando que se dirigiria ao local para receber a denúncia e  
849 conhecer os conselheiros pessoalmente ao término da sessão. Esclareceu que não  
850 houve uma impressão negativa sobre os questionamentos, reiterando que, com base  
851 em sua experiência em outros conselhos de saúde, compreende que o debate e a  
852 busca por explicações são partes inerentes ao processo democrático. Ressaltou que  
853 sua principal diretriz é a manutenção do respeito ao rito das falas e ao tempo de cada  
854 conselheiro, garantindo a ordem nas deliberações e votações. Por fim, afirmou que,  
855 independentemente de sua permanência futura no cargo de Secretário de Saúde,  
856 continuará à disposição de todos no âmbito da administração municipal para o  
857 atendimento das demandas do colegiado. O conselheiro **Joaci Ferreira da Silva**  
858 apresentou relatos referentes ao atendimento no PA Central, citando casos específicos  
859 de pacientes que aguardaram por mais de oito horas sem assistência, descumprindo  
860 os prazos legais estabelecidos. Questionou o fluxo de encaminhamento para o Hospital  
861 São Vicente, defendendo que, por se tratar de um Pronto Atendimento e não de uma  
862 unidade hospitalar, o PA não deve reter pacientes que necessitam de suporte  
863 especializado ou que possuam indicação de transferência, interrompendo o diagnóstico  
864 na unidade de origem. Relatou, ainda, a existência de pacientes que permanecem na  
865 unidade por mais de 24 horas e mencionou uma denúncia sobre o óbito de um paciente  
866 que, supostamente, não teria sido recebido pelo Hospital São Vicente, sendo mantido  
867 no PA. Por fim, citou o caso de um paciente oncológico, devidamente documentado,  
868 que teria sido dispensado da unidade. Solicitou 'olhar humanizado' e uma fiscalização  
869 rigorosa sobre o PA Central, ressaltando que as falhas mencionadas colocam vidas em  
870 risco. O Secretário e Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes** acusou o  
871 recebimento das denúncias e reclamações apresentadas pelo Conselheiro, informando  
872 que os pontos foram devidamente anotados para a elaboração de uma resposta técnica  
873 formal. A conselheira e representante do HCSVP **Kely Cristine Schettini** solicitou a  
874 palavra para registrar seu agradecimento pela condução da reunião, destacando a  
875 importância da aprovação dos planos de trabalho e da clareza nas explicações técnicas.



876 fornecidas. Expressou reconhecimento especial ao Secretário de Saúde e a toda a  
877 equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde pelo compromisso, atenção e  
878 dedicação na elaboração dos planos. Ressaltou que as propostas apresentadas  
879 representam um salto qualitativo para a gestão e para a assistência no município,  
880 reiterando o valor do envolvimento técnico para a implementação de melhorias efetivas  
881 na rede pública. O Secretário e Presidente do COMUS, Dr. **Gleison Lopes Aredes**  
882 proferiu suas palavras finais, estendendo um agradecimento a todos os servidores da  
883 Secretaria de Saúde e às equipes do Hospital São Vicente pelo acolhimento recebido  
884 durante sua transição. Ressaltou que sua missão é dar continuidade ao trabalho e  
885 implementar melhorias, enfatizando a importância de manter a organização dos  
886 debates para que o foco na coletividade não se perca em interpretações pessoais.  
887 Afirmou que, ao assumir a gestão, pôde constatar o alto nível de preparo técnico das  
888 diretoras e a relevância dos questionamentos do Conselho, os quais classificou como  
889 orientadores para a administração. Pontuou que, embora existam o Plano de Governo  
890 e o Orçamento, é a escuta de quem está na 'ponta' — os conselheiros — que permite  
891 identificar falhas de atendimento e disparidades administrativas. Reafirmou o  
892 compromisso com a democracia, o direito de fala e a transparência, garantindo que a  
893 equipe técnica oferecerá todo o respaldo necessário ao Conselho. Concluiu registrando  
894 seu agradecimento público pela dedicação de todos em garantir uma transição  
895 administrativa que não prejudique a assistência à população de Jundiá. Nada mais  
896 havendo a tratar, o Secretário Municipal de Saúde e Presidente do COMUS, Dr.  
897 **Gleison Lopes Aredes**, deu a reunião por finalizada, agradecendo a presença de todos  
898 os conselheiros e ouvintes. Eu, **Giuliana Bortolo**, na qualidade de Secretária do  
899 COMUS, lavrei a presente ata que, após lida, conferida e aprovada, será assinada pela  
900 Presidente do Conselho. **Ata aprovada na 260ª reunião do COMUS, realizada no dia**  
901 **27/05/2026.**